

DECLARAÇÃO PESSOA JURÍDICA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

À

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

DISPENSA ELETRÔNICA: 04/2023

Processo Administrativo n.º 8502/2023

ILMO. SR.

A HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.506.065/0001-62, localizada na Rua Vinte e Seis, n. 25, COHAJAP, CEP 65072-760, São Luís/MA, na pessoa do seu representante legal Hugo Daniel Castro Silva Nogueira, inscrito no CPF de nº 029.882.993-23, residente e domiciliado na Av. Mário Andreazza, SN, Cond. Village das Palmeiras III, Bloco 02, Apto 308, TURU, São Luís – MA, na condição de interessada no pregão eletrônico de nº 12/2023, vem respeitosamente, por meio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARAR à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Para esse efeito, a declarante informa que: I - Preenche os seguintes requisitos: a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente; II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

São Luís/MA, 07 de julho de 2023.



Hugo Daniel Castro Silva Nogueira
Representante Legal
HDN Engenharia e Tecnologia.
Contato: (098) 9 8403-5555